

Regulamentação das cooperativas de trabalho é aprovada pelo Senado

O Senado Federal aprovou, na tarde de 16 de dezembro, o PLC 131/08 - Projeto de Lei da Câmara que visa regulamentar o cooperativismo de trabalho e que institui o Pronacoop – Programa Nacional de Fomento as Cooperativas de Trabalho, entre outras.

“Há muito tempo estamos trabalhando pela regulamentação do cooperativismo de trabalho”, esclareceu **Marcelo Cypriano**, presidente da Coopserv, cooperativa que atua na área da saúde e da Cootraesp – Central das Cooperativas de Trabalho criada para defender melhorias para as cooperativas do setor.

“Foi com o apoio das cooperativas filiadas na Cootraesp que pudemos ir diversas vezes à Brasília para dialogar com Deputados Federais, Secretários, Ministros, Senadores e participar das diversas reuniões realizadas no MTE – Ministério do Trabalho e

Emprego”, explicou Cypriano que comemora aliviado a aprovação do PL. “As cooperativas de trabalho e as empresas contratantes sofreram muito com perseguições de órgãos que não compreenderam a real importância do cooperativismo frente ao mercado de trabalho. Com a regulamentação, cria-se um marco legal e, as coopera-

“Foi com o apoio das cooperativas filiadas na Cootraesp que pudemos ir diversas vezes à Brasília para dialogar com Deputados Federais, Secretários, Ministros, Senadores e participar das diversas reuniões realizadas no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego”

Marcelo Cypriano

tivas passam a ter um instrumento legal para dirigir suas ações e também para se defenderem”, complementa.

O projeto de lei estabelece carga horária semanal de trabalho, descanso semanal e anual remunerado, proíbe a intermediação de mão de obra e define sobre segurança e saúde do trabalhador.

Também foram definidas regras para a realização de assembleias gerais e a revogação do parágrafo único do artigo 442 da CLT.

“O processo de criação do projeto de lei foi muito democrático”, afirmou



Cypriano: participação ativa no cooperativismo

Cypriano. “Sentaram a mesa de negociação várias entidades, entre sindicatos, representantes de empresas de serviços terceirizados, associações de classe, Ministério do Trabalho, Economia Solidária, entre outras que apoiavam ou que eram contra a regulamentação das cooperativas. Todas as entidades cederam e conquistaram cláusulas que julgavam importantes. Não será a lei dos sonhos, mas sem dúvidas é um importante avanço para o setor. “A lei traz garantias para o trabalhador e segurança jurídica para as empresas que contratam as cooperativas. Vai ficar muito bom para todo mundo. Só temos a comemorar por conseguirmos avançar neste processo”, finalizou, Cypriano. ■